



Fraport Brasil S.A

Aeroporto de Fortaleza

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração:

A Fraport Brasil - Fortaleza, ao lado da Fraport Brasil - Porto Alegre, é subsidiária da Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide, uma das empresas líderes no mercado global de aeroportos. Proprietária e operadora do aeroporto de Frankfurt, maior aeroporto da Alemanha, a Fraport AG possui em seu portfólio mais de 30 aeroportos pelo mundo. Em um processo de licitação internacional, ocorrido em março de 2017, no qual o governo federal concedeu quatro aeroportos brasileiros à iniciativa privada, a Fraport AG conquistou a concessão dos aeroportos de Fortaleza e Porto Alegre pelo período de 30 e 25 anos, respectivamente.

Em 2 de janeiro de 2018, a Fraport Brasil - Fortaleza assumiu a efetiva operação do Aeroporto de Fortaleza com o compromisso de realizar obras de ampliação e melhorias da infraestrutura em conformidade com o contrato de concessão.

Em março de 2020 foi finalizada a Fase 1B, que envolveu a conclusão da reforma e ampliação do Terminal de Passageiros, melhorias e ampliações das *taxiways* e criação de áreas de segurança nas cabeceiras da pista de pouso e decolagem (PPD), entre outras obras contempladas no contrato de concessão.

Durante o ano de 2021, apesar do enfrentamento a pandemia, a Companhia concluiu a ampliação da pista de pouso e decolagem, recebendo a homologação da agência regulatória em novembro do referido ano.

Em 2022, a fase 1-C para a recomposição do nível de serviço estabelecidos no PEA (Plano de Exploração Aeroportuária) foi concluída.

O contrato de concessão encontra-se na FASE II, que seguirá até o final do contrato, na qual é monitorado os parâmetros mínimos de dimensionamentos previstos no PEA (plano de Exploração Aeroportuário) a fim de garantir o nível de serviço.

Destaques econômico-financeiros:

Durante o ano de 2024, transitaram no aeroporto de Fortaleza mais de 5,6 milhões de passageiros, apresentando um modesto crescimento em relação à 2023 (0,60% apenas), sendo impactado principalmente pela queda nas viagens de turismo ao nordeste brasileiro e pela crise de peças e aeronaves no mundo, o que impediu a expansão de frota das empresas aéreas e consequentemente sua diversificação de rotas, criando um cenário de aumento de preço das passagens aéreas sem aumento de oferta.

Conforme previsão no contrato de concessão, assim como já realizado em 2020 a 2023 a Companhia entrou com o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro também no exercício de 2024, o qual visa preservar a manutenção do equilíbrio contratual posto no processo licitatório. Sendo assim, a Companhia recebeu um crédito referente a recomposição do equilíbrio econômico demonstrado na rubrica de outras receitas e despesas operacionais líquidas. As recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do contrato serão realizadas por meio da compensação com as contribuições fixa e variável devidas pela Concessionária, bem como através da majoração temporária de 10% das tarifas de embarque e conexão como forma de compensação do reequilíbrio dos saldos de 2021 e 2022.

A seguir apresentamos o quadro demonstrativo do EBITDA:

	2024
Lucro Líquido	43.408
Depreciação e amortização	37.133
Resultado Financeiro	70.029
IRPJ/CSLL	19.155
EBITDA	169.725

Dividendos e Retenção de Lucros:

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício. Em 2024, a Companhia apurou o dividendo mínimo no valor de R\$10.023 e conforme disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, realizou a retenção do lucro remanescente no valor de R\$30.069. A Companhia aguardará a deliberação da Assembleia Geral quanto ao pagamento parcial, total ou a retenção do montante em reservas. Em anos anteriores foi aprovada a não distribuição devido aos investimentos para expansão e melhorias previstos no contrato de concessão e retenção em Reserva Especial para pagamento futuro.

Partes Relacionadas:

A Fraport Brasil S/A Aeroporto de Fortaleza não possui coligadas e controladas, no entanto, tem operação de pagamento de custos compartilhados para a Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre. Ambas as empresas estão sob o mesmo controle acionário.

A Diretoria.

Fortaleza, 06 de março de 2025.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Fortaleza

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Fortaleza (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Fortaleza em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 6 de março de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS



Ricardo Schenk Duque
Contador
CRC nº 1 RS 060571/O-0

Fraport Brasil S.A Aeroporto de Fortaleza

Índice

Balanço Patrimonial	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração do Valor Adicionado	10
1. Informações Gerais	11
1.1 COVID-19 e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro	11
2. Resumo das principais políticas contábeis	12
2.1 Base de Preparação	12
2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações	13
2.3 Conversão de moeda estrangeira	13
2.4 Caixa e equivalentes de caixa	14
2.5 Ativos Financeiros	14
2.6 Contas a receber de clientes	15
2.7 Estoques	15
2.8 Despesas Antecipadas	15
2.9 Imposto de Renda e contribuição social diferidos	16
2.10 Outros ativos	16
2.11 Imobilizado	16
2.12 Intangível	17
2.13 Contas a pagar a fornecedores	18
2.14 Empréstimos e financiamentos	18
2.15 Compromissos com o poder concedente	18
2.16 Provisões	18
2.17 Outros Passivos	19
2.18 Passivos financeiros	19
2.19 Benefícios a empregados	19
2.20 Distribuição de dividendos	20
2.21 Reconhecimento da Receita	20
3. Estimativas e julgamentos contábeis	21
3.1 Amortização do intangível	21
3.2 Taxa de desconto	21
3.3 Provisões	21
3.4 Impairment do intangível	21
4. Caixa e Equivalente de Caixa	21
5. Contas a Receber	22
6. Impostos, Taxas e Contribuições	22
7. Direitos com o Poder Concedente	24
8. Aplicações Financeiras Vinculadas	25
9. Imobilizado	26
10. Intangível	27
11. Fornecedores	28
12. Salários, Encargos sociais e Benefícios	29
13. Partes Relacionadas	29
14. Compromissos com o poder concedente	29
15. Outros Passivos	30
16. Financiamento - Banco do Nordeste do Brasil S.A	30
17. Patrimônio Líquido	32
18. Receita Operacional Líquida	32
19. Custos dos Serviços Prestados	33
20. Despesas por Natureza	33
21. Outras receitas e despesas operacionais	33
22. Resultado Financeiro	34
23. Plano de Pensão	34
24. Provisões Tributárias, Cíveis e Trabalhistas	34
25. Gestão de Risco Financeiro	35
26. Lucro líquido por ação	37
27. Seguros	38
28. Transações que Não Afetaram o Caixa	38

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais

	Nota explicativa	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	184.582	109.762
Contas a receber	5	31.635	26.773
Estoques		3.353	3.047
Impostos a recuperar	6	24.968	48.583
Despesas antecipadas		3.220	2.724
Direitos com o Poder Concedente	7	85.432	66.755
Outros ativos		312	275
Total do ativo circulante		333.502	257.919
Não Circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	31.235	19.119
Impostos a recuperar	6	76.005	74.425
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	30.962	38.915
Direitos com o Poder Concedente	7	230.423	219.338
Imobilizado	9	137	181
Intangível	10	1.529.925	1.527.715
Total do ativo não circulante		1.898.687	1.879.693
Total do ativo		2.232.189	2.137.612

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais

	Nota explicativa	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	21.939	11.940
Salários, encargos sociais e benefícios	12	7.478	6.771
Impostos a recolher	6	11.795	11.426
Contas a pagar - Partes relacionadas	13	839	879
Financiamento - Banco do Nordeste do Brasil S.A.	16	24.432	24.540
Compromissos com o poder concedente	14	53.858	37.433
Dividendos a pagar	17	10.023	-
Outros passivos	15	3.018	3.201
Total do passivo circulante		133.382	96.190
Não circulante			
Financiamento - Banco do Nordeste do Brasil S.A.	16	555.756	578.661
Provisão para obrigações legais	24	7.030	3.469
Compromissos com o poder concedente	14	783.853	740.220
Outros passivos	15	1.656	1.944
Total do passivo não circulante		1.348.295	1.324.294
Patrimônio Líquido	17		
Capital social		715.164	715.164
Reserva legal		2.269	98
Reservas para Incentivo Fiscal		1.144	-
Reserva especial		466	466
Reserva de lucros		31.469	1.400
Total do patrimônio líquido		750.512	717.128
Total do passivo e patrimônio líquido		2.232.189	2.137.612

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota explicativa	2024	2023
Receita líquida de serviços e cessão de espaço		236.135	205.643
Receita de construção		21.224	24.418
Receita operacional líquida	18	257.359	230.061
Custo dos serviços prestados	19	(127.991)	(129.386)
Custo de construção	19	(21.224)	(23.856)
Lucro bruto		108.144	76.819
Despesas gerais e administrativas	20	(27.874)	(27.302)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	21	52.322	57.984
Lucro antes do resultado financeiro		132.592	107.501
Receitas financeiras	22	54.460	51.889
Despesas financeiras	22	(124.489)	(116.454)
Lucro antes dos impostos de renda e da contribuição social		62.563	42.936
Imposto de renda e contribuição social	6	(19.155)	(11.144)
Lucro líquido do exercício		43.408	31.792
Lucro líquido por lote de mil ações – R\$	26	0,06	0,04

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	43.408	31.792
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	43.408	31.792

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Subscrito	Reserva Legal	Reserva Incentivo Fiscal	Reserva Especial	Retenção de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2022	715.164	-		-	-	(29.828)	685.336
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	31.792	31.792
Constituição de Reserva Legal	-	98	-	-	-	(98)	-
Dividendo Mínimo (Nota 17)	-	-	-	466	-	(466)	-
Lucros Retidos (Nota 17)	-	-	-	-	1.400	(1.400)	-
Saldos em 31.12.2023	715.164	98	-	466	1.400	-	717.128
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	43.408	43.408
Constituição de Reserva Legal	-	2.171	-	-	-	(2.171)	-
Reserva para Incentivo Fiscal	-	-	1.144	-	-	(1.144)	-
Dividendo Mínimo (Nota 17)	-	-	-	-	-	(10.024)	(10.024)
Lucros Retidos (Nota 17)	-	-	-	-	30.069	(30.069)	-
Saldos em 31.12.2024	715.164	2.269	1.144	466	31.469	-	750.512

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota explicativa	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos de renda e da contribuição social		62.563	42.936
Ajustes para reconciliar o lucro líquido aos fluxos de caixa			
Provisão para riscos de crédito	5	933	(449)
Provisão de Contencioso	24	3.561	(11.046)
Depreciação e amortização	9;10	37.133	41.447
Baixas de ativo fixo	9;10	5	136
Ajuste a valor presente - Contribuição fixa outorga	22	85.972	80.008
Margem de construção	18	-	(562)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	16	37.253	37.641
Custos de empréstimos capitalizados	10	-	(1.478)
		227.420	188.633
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber	5	(5.795)	(3.235)
Estoques		(306)	(380)
Impostos a recuperar	6	22.393	(14.037)
Despesas antecipadas		(496)	(60)
Depósitos Vinculados	8	(12.116)	(2.493)
Direitos com o Poder Concedente	7	(69.179)	(71.607)
Outros ativos		(37)	46
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores	11	(1.504)	(12.539)
Fornecedores - partes relacionadas	13	(40)	(127)
Salários, encargos sociais e benefícios	12	707	335
Tributos a recolher	6	(1.355)	4.265
Compromissos com o poder concedente	14	13.503	11.754
Outros passivos	15	(471)	(2.610)
Caixa gerado pelas operações		172.724	97.945
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	16	(38.179)	(38.910)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.479)	(1.658)
Caixa líquido gerado pelas atividades		125.066	57.377
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	9;10	(28.159)	(30.799)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(28.159)	(30.799)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos e financiamentos bancários	16	-	30.582
Pagamentos de empréstimos e financiamentos bancários - Principal	16	(22.087)	(19.387)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		(22.087)	11.195
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		74.820	37.773
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		109.762	71.989
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		184.582	109.762

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2024	2023
RECEITAS	347.979	323.821
Prestação de Serviços e Cessão de Espaço	270.066	235.069
Receita de Construção	21.224	24.418
Outras Receitas	57.622	63.884
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(933)	450
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(96.322)	(91.961)
(Inclui os valores dos impostos - PIS e COFINS)		
Custo dos Serviços Prestados	(13.145)	(11.753)
Custo de Construção	(21.224)	(23.856)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(58.028)	(58.424)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(6)	(56)
Provisão/Reversão Contingências	(3.561)	2.040
Outras	(358)	88
VALOR ADICIONADO BRUTO	251.657	231.860
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(37.133)	(41.447)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	214.524	190.413
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	57.110	49.355
Receitas Financeiras	57.110	49.355
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	271.634	239.768
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	271.634	239.768
Pessoal	35.613	34.699
Remuneração Direta	31.270	30.248
Benefícios	2.986	2.970
F.G.T.S.	1.357	1.481
Impostos, Taxas e Contribuições	67.978	56.658
Federais	57.122	40.914
Estaduais	43	48
Municipais	10.813	15.696
Remuneração de Capitais de Terceiros	124.635	116.619
Despesas Financeiras	124.489	116.454
Aluguéis Pagos	146	165
Remuneração de Capitais Próprios	43.408	31.792
Dividendo Mínimo	10.024	-
Lucro Retido do Exercício	33.384	31.792

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações Gerais

A Fraport Brasil S.A Aeroporto de Fortaleza (“Fraport Brasil - Fortaleza” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide, umas das empresas líderes no mercado global de aeroportos. A Fraport Brasil - Fortaleza foi constituída no início de 2017, tendo como objetivo exclusivo exercer as atividades de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de Fortaleza - Pinto Martins. A sede está localizada na Av. Senador Carlos Jereissati, 3000, Serrinha. Fortaleza – CE.

Em um processo de licitação internacional, no qual o Governo Federal concedeu quatro aeroportos brasileiros à iniciativa privada, a Fraport AG conquistou a concessão dos aeroportos de Porto Alegre e Fortaleza. A partir de então, Fraport Brasil – Fortaleza, e a Fraport Brasil – Porto Alegre, foram estabelecidas tendo como objetivo a criação de dois aeroportos modernos, eficientes e focados no cliente. Em 28 de julho de 2017 foi assinado o contrato de concessão com a Agência Nacional da Aviação Civil – ANAC.

A concessão do Aeroporto de Fortaleza, se dará no prazo de 30 anos com data eficácia em 29 de agosto de 2017. O contrato é dividido em quatro fases:

FASE I-A – fase de transferência das operações do Aeroporto da Infraero para a Concessionária; esta fase teve início em 29 de agosto de 2017 (concluído em 02/04/2018).

FASE I-B – fase de ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviço (início em 29/08/2017 e término em 14/04/2020).

FASE I-C - demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto, para recomposição total do nível de serviço estabelecido no PEA (Plano de Exploração Aeroportuária) (início em 15/04/2020 e término em 14/12/2022, conforme prorrogação concedida pela agência regulatória).

FASE II – demais fases de ampliação, manutenção, exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA (início em 15/12/2022).

A Fraport Brasil – Fortaleza tem como obrigações estabelecidas no Contrato de Concessão o pagamento de Contribuição Fixa e Contribuição Variável ao Poder Concedente e a realização de investimentos para ampliação e melhorias do Aeroporto de Fortaleza.

1.1 COVID-19 e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro

Em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu o surto epidemiológico do COVID-19 como Pandemia Global. Além de diversas vidas perdidas, a pandemia também trouxe um impacto singular para a economia mundial. As restrições governamentais, necessárias ao controle da expansão da contaminação, trouxeram como premissa o isolamento social, medida que reduziu drasticamente o número de passageiros, impactando diretamente todas as empresas do segmento aeroportuário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No contrato de concessão vigente existe a previsão de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro que visa preservar a manutenção do equilíbrio contratual posto no processo licitatório, sendo assim, a partir do evento de força maior que desencadeou o desequilíbrio contratual, no caso o surto da Covid-19, se fez necessário o retorno do status quo do contrato de concessão a fim de manter as condições previamente previstas no edital e na proposta vencedora.

Assim como ocorrido em 2020 a 2023, a Companhia submeteu um pleito de reequilíbrio relativo ao ano de 2024 junto ao órgão regulatório Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) que através da Nota Técnica nº 195 de 17 de outubro de 2024 reconheceu o direito ao respectivo crédito no valor de R\$ 57.054 (R\$ 63.769 em 2023) em contrapartida de outras receitas operacionais (Nota 7).

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, com base no custo histórico, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das ações e políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelos administradores da Companhia em 06 de março de 2025.

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado, como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com os critérios definidos no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

2.2.1 IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

Uma série de alterações nas normas tornaram-se efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não identificou impactos relevantes oriundo das alterações dessas normas na preparação de suas demonstrações financeiras.

- **Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)** Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
- **Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)** Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com Covenants
- **Alterações à IAS 7/CPC 03 (R2) e à IFRS 7/CPC 40 (R1)** Acordos de Financiamento de Fornecedores
- **Alterações à IFRS 16/CPC 06 (R2)** Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”

2.2.2 IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

- **Alterações à IAS 21 — Falta de Conversibilidade:** As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for.
- **IFRS 18 — Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras:** A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação.
- **IFRS 19 — Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras.

Com exceção às alterações realizadas e ainda não vigentes no IFRS 18/CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras em períodos futuros.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Todas as diferenças, referente a ganhos e perdas cambiais, são registradas na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos Financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e direitos com poder concedente.

2.5.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados ao valor justo, seja por meio de outros resultados abrangentes, ou por meio de resultado.

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado:

- Caixa e equivalente de caixa
- Aplicações Financeiras Vinculadas
- Contas a receber de clientes
- Direitos com o Poder Concedente
- Outros ativos

Para ativos financeiros demonstrados acima, os ganhos e perdas são registrados no resultado.

2.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.5.3 Mensuração

Custo amortizado – os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia adota a abordagem simplificada prevista no CPC 48, reconhecendo as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil dos recebíveis.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para riscos sobre contas a receber é constituída em montante julgado suficiente para suportar eventuais perdas esperadas na realização de créditos, líquidos de recuperações, levando em consideração o risco por cliente e independente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento.

2.7 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. A Companhia não realiza a venda de produtos e o estoque é utilizado apenas como materiais de consumo.

2.8 Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas, compostas preponderantemente por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

2.9 Imposto de Renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda (IR) e a contribuição social (CS) diferidos são calculados sobre os correspondentes prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, aplicando-se as alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos em 25% e 9%, respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível para compensação.

Os tributos diferidos ativos e passivos, quando aplicável, são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

2.10 Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão revisados e ajustados, quando apropriado, ao final de cada exercício.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Conforme OCPC 05, por se tratar de um contrato de concessão de exploração da infraestrutura, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão serão classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível.

Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. Conforme contrato de concessão a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Além disso, os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.12 Intangível

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante um prazo determinado.

O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura.

As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados.

a) Direito de Concessão (outorga)

A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura teve início em 2018, no mesmo momento em que a Companhia assumiu a operação do aeroporto e começou a usufruir os benefícios econômicos. A amortização é realizada com base na curva de passageiros estimada conforme previsto no OCPC 05 - Contratos de concessão.

b) Infraestrutura da Concessão

A infraestrutura dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura que foi ampliada.

Os investimentos relacionados a Infraestrutura estão sendo registrados em intangível em andamento e conforme a conclusão da obra os valores são transferidos para a rubrica de Infraestrutura em operação.

A amortização desta parcela do intangível inicia à medida que a Infraestrutura é disponibilizada para uso, conforme curva de passageiros estimada e ocorre até o final do contrato de concessão.

c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.13 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.14 Empréstimos e financiamentos

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos gerais e específicos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Compromissos com o poder concedente

O poder concedente, Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. A contribuição fixa está registrada sob a denominação “Compromissos com o poder concedente” no passivo não circulante, descontados a valor presente e corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) conforme previsão contratual e deverá ser paga anualmente com início em agosto de 2023 e seu término será no último ano do contrato de concessão.

A contribuição variável corresponde a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da Companhia e será paga anualmente no mês de maio subsequente ao ano de apuração.

Devido ao crédito recebido referente a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a empresa projeta não desembolsar os valores de outorga fixa e variável até 2029. Neste período a Companhia irá realizar a compensação do crédito adquirido com o valor a pagar de outorga fixa e variável (Nota 7).

2.16 Provisões

As provisões para causas judiciais (trabalhista, cível e tributária) e regulatórias são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

2.17 Outros Passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.18 Passivos financeiros

Reconhecimento

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia classifica os seguintes passivos financeiros ao custo amortizado:

- Fornecedores
- Partes Relacionadas
- Empréstimos e Financiamento
- Compromissos com o Poder Concedente
- Outros Passivos.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

2.19 Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, seguro de vida, dentre outros. Passivos de benefícios a empregados no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

2.20 Distribuição de dividendos

Conforme estatuto da Companhia o dividendo mínimo obrigatório é 25% do lucro líquido após absorção de prejuízo e constituição de reserva legal conforme Lei 6.404/76.

Conforme Lei 6.404/76 as companhias fechadas podem ainda deliberar por distribuir valor inferior ao mínimo obrigatório ou realizar a retenção de todo o lucro líquido. É permitida a criação de reserva especial para estes casos.

2.21 Reconhecimento da Receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no Contrato de Concessão.

Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no Contrato de Concessão, a Concessionária pode reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços e prestações de serviços no complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do Aeroporto, e conforme requerido pelo OCPC 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível. Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.1 Amortização do intangível

Conforme item 2.12, a amortização das rubricas “Direito de concessão (Outorga)” e “Infraestrutura da Concessão”, o cálculo da amortização é realizado conforme o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros, que se dão em função da curva de demanda. No período de janeiro a dezembro de 2024, a taxa média utilizada foi de 1,56% (1,72% em 2023) que representa a participação do período no total de passageiros esperado para toda a concessão.

3.2 Taxa de desconto

O ajuste a valor presente da outorga foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 11,65% a.a., estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga.

3.3 Provisões

As provisões para contingências são mensuradas com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, em montante considerado suficiente para cobrir os gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

3.4 Impairment do intangível

Os ativos intangíveis da concessão que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Anualmente, a Fraport AG, de forma centralizada, testa eventuais perdas (*impairment*) no intangível oriundo da concessão. Os valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC), neste caso a Companhia, foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa descontado da taxa WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) para o período remanescente da concessão.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

	2024	2023
Caixa e conta corrente	2.504	3.873
Aplicações financeiras	182.078	105.889
Total	184.582	109.762

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante aplicado em moeda local refere-se a certificados de depósitos bancários (CDB), remuneradas a taxas que variam entre 99% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez diária.

5. Contas a Receber

	2024	2023
Contas a receber de clientes	42.775	36.980
(-) Provisão para risco de crédito	(11.140)	(10.207)
Total	31.635	26.773

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2024	2023
Valores a vencer	30.809	24.542
Vencidos:		
Até 30 dias	326	2.123
Entre 31 e 180 dias	1.269	1.171
Entre 181 e 360 dias	1.192	122
Acima de 360 dias	9.179	9.022
(-) Provisão para risco de crédito	(11.140)	(10.207)
	31.635	26.773

Em 31 de dezembro de 2024, a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 11.140 (R\$10.207 em 2023), levando em consideração o risco por cliente.

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	10.207	10.656
Adições	2.388	887
Reversões	(1.455)	(1.336)
Saldo no fim do exercício	11.140	10.207

6. Impostos, Taxas e Contribuições

a) Impostos a recuperar

Circulante	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social a compensar	24.968	48.557
Outros tributos a recuperar	-	26
Total	24.968	48.583
Não circulante		
PIS/COFINS a recuperar	76.005	74.425
Total	76.005	74.425

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As apropriações das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar são decorrentes das aquisições do ativo intangível, e os créditos serão usufruídos de acordo com a respectiva amortização. A Companhia projeta que esses valores serão totalmente recuperados até o fim da concessão (2047).

b) Impostos a Recolher

Circulante	2024	2023
PIS e COFINS	9.849	9.685
Imposto sobre Serviços	491	473
IRPJ e CSLL	-	1
Imposto sobre Serviços Terceiros	289	151
Tributos Retidos	1.166	1.116
Total	11.795	11.426

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

	2024			2023
	Imposto de Renda	Contribuição social	Total	Total
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	35.553	13.023	48.576	53.973
Diferenças temporárias:				
Provisão Participação nos Lucros e Resultados	856	308	1.164	1.115
Previdência Privada – Empresa	21	8	29	12
Ajuste a valor presente outorga	50.083	18.030	68.113	52.545
Amortização margem de construção	(4.148)	(1.493)	(5.641)	(5.731)
Provisões de Contencioso	2.419	871	3.290	1.758
Provisão Devedores Duvidosos	428	154	582	377
Provisão de Fornecedores	671	241	912	1.000
Receita de Reequilíbrio (i)	(63.282)	(22.781)	(86.063)	(66.134)
Ativo não circulante	22.601	8.361	30.962	38.915

(i) Liminar concedida, determinando a cobrança do IRPJ e da CSLL sobre os valores decorrentes do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, oriundo dos Processos n.º 00058.029758/2021-05; 00058.037441/2022-15 e 00058.054691/2023-09, apenas quando da efetiva utilização de tal quantia, através da forma aprovada para compensação do reequilíbrio. O processo judicial 0800538-42.2025.4.05.8100, referente ao reequilíbrio 2024, está aguardando a decisão do mérito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em relação ao imposto diferido sobre o prejuízo fiscal e base negativa, deverão ser compensados até o final de 2028, conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
2024	-	4.989
2025	4.561	7.997
2026	14.881	23.699
2027	17.272	17.287
2028	11.862	-
	48.576	53.972

Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivo:

	2024	2023
Lucro antes dos impostos	62.563	42.936
Alíquota aplicável	34%	34%
	(21.271)	(14.598)
Benefício da SUDENE	1.144	-
Ajustes Permanentes	972	3.454
	(19.155)	(11.144)
Imposto corrente	(11.203)	33.010
Imposto diferido	(7.952)	(44.154)
Alíquota Efetiva	30,62%	25,95%

7. Direitos com o Poder Concedente

Circulante	2024	2023
Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro	85.432	66.755
Total	85.432	66.755
Não circulante		
Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro	230.423	219.338
Total	230.423	219.338

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será realizada por meio da compensação com as contribuições fixa e variável devidas pela Concessionária, bem como através da majoração temporária de 10% das tarifas de embarque e conexão como forma de compensação do saldo do reequilíbrio dos anos de 2021 e 2022. O saldo remanescente, após as compensações, é atualizado pelo índice de atualização IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 8,50%, conforme estabelecida no contrato de concessão.

Em 18 de dezembro de 2020 foi fixado o valor de R\$ 89.353 para fins de recomposição. A partir da revisão por parte da Agência reguladora realizada em 2021, foi registrado um complemento no valor de R\$ 2.398.

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o valor de R\$78.390 referente ao pleito de reequilíbrio 2021. Em junho de 2022, houve um complemento no valor de R\$ 3.877 referente ao exercício de 2021.

Em dezembro de 2022, a Companhia registrou o valor de R\$ 51.369, referente ao pleito de reequilíbrio econômico do exercício de 2023.

Em dezembro de 2023 a Companhia registrou o valor de R\$ 63.769 referente ao pleito do reequilíbrio do exercício de 2023.

Em 17 de outubro de 2024, a Agência Nacional de Aviação (ANAC), através da Nota Técnica nº 195, reconheceu o direito ao crédito do reequilíbrio do exercício de 2024 favorável a Companhia. Em dezembro de 2024, conforme metodologia apresentada e aprovada pelas partes, a Companhia registrou o valor de R\$ 57.054 referente ao pleito do reequilíbrio do exercício de 2024.

Os valores de Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro foram reconhecidos na rubrica de Outras Receitas Operacionais, líquido de impostos.

	2024	2023
Saldo no início do exercício	286.093	238.335
Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro	57.054	63.769
Atualização	36.011	29.715
Compensações:		
Aumento tarifas reguladas	(23.886)	(21.877)
Outorga Variável	(11.753)	(10.578)
Outorga Fixa	(27.664)	(13.271)
Saldo no fim do exercício	315.855	286.093

A permissão para a majoração das tarifas e o direito de abatimento das contribuições fixas e variáveis serão efetuados de forma a concluir a liquidação do crédito no menor prazo praticável. A Companhia tem a expectativa de recebimento do saldo até 2029, sendo 83% do valor através da compensação com as outorgas fixa e variável e 17% através do aumento das tarifas reguladas.

8. Aplicações Financeiras Vinculadas

	2024	2023
Aplicações Financeiras Vinculadas	31.235	19.119
Total	31.235	19.119

O valor de R\$ 31.235 (R\$ 19.119 em 2023) está depositado em uma conta reserva, realizada no Banco Nacional do Nordeste, vinculada conforme obrigação contratual no financiamento com o próprio Banco Nacional do Nordeste e representa 4,92% do valor desembolsado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Imobilizado

	Instalações e equipamentos	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Total
Saldo em 31.12.2022	30	66	21	131	248
Aquisição	-	-	34	22	56
Depreciação	(1)	(10)	(4)	(108)	(123)
Saldo em 31.12.2023	29	56	51	45	181
Aquisição	-	-	5	-	5
Depreciação	(1)	(10)	(11)	(27)	(49)
Saldo em 31.12.2024	28	46	45	18	137
Taxa anual de depreciação	5%	10%	20%	20%	

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível

	Infraestrutura		Outorga Concessão	Custos s/ Empréstimos	Margem de Construção	Software	Adiant. a Fornecedores	Total
	Em Andamento	Em Operação						
Saldo em 31.12.2022	48.152	742.796	722.715	1.182	6.049	11.588	620	1.533.102
Aquisição	36.369	279	-	1.478	562	-	(620)	38.068
Transferências	(48.043)	55.996	-	(2.659)	(6.611)	1.318	-	-
Baixas	-	(136)	-	-	-	-	-	(136)
Amortização	-	(23.499)	(12.405)	-	-	(7.415)	-	(43.319)
Saldo em 31.12.2023	36.478	775.436	710.310	-	-	5.491	-	1.527.715
Aquisição	39.167	490	-	-	-	-	-	39.657
Transferências	(25.615)	25.356	-	-	-	259	-	-
Baixas	-	(5)	-	-	-	-	-	(5)
Amortização	-	(23.240)	(11.110)	-	-	(3.092)	-	(37.442)
Saldo em 31.12.2024	50.030	778.037	699.200	-	-	2.658	-	1.529.925

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a) Intangível em andamento – Representa o investimento realizado nas obras de melhorias e ampliação do aeroporto.
- b) Software – A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.
- c) Outorga Fixa – Pelo direito da exploração do Aeroporto de Fortaleza, a Companhia desembolsou em 28 de julho de 2017, o valor de R\$ 426.914. A Companhia também se comprometeu a pagar em parcelas anuais, a partir de 2023, o valor total de R\$ 1.080.691. Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida a valor presente. O índice de atualização monetária é o IPCA. Foi utilizado o IPCA projetado de acordo com o histórico de metas de inflação para o Brasil, conforme vencimento das parcelas. A taxa de desconto estimada para ajuste a valor presente é de 11,65%, estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga. É utilizada a curva de demanda estimada de passageiros como método de amortização.

	2024	2023
Contribuição inicial fixa - paga	426.914	426.914
<u>Compromisso com o poder concedente</u>		
Valor nominal	1.080.691	1.080.691
Inflação (IPCA)	1.598.448	1.598.448
Ajuste a valor presente	(2.332.702)	(2.332.702)
	346.437	346.437
Outorga Fixa	773.351	773.351
Amortização acumulada	(74.151)	(63.041)
	699.200	710.310

Anualmente, a Fraport AG, de forma centralizada, testa eventuais perdas (*impairment*) no intangível oriundo da concessão. Os valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC), neste caso a Companhia, foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa para o período remanescente da concessão descontado a uma taxa WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) de 12,96% (9,67% em 2023). No cálculo do teste de *impairment*, o valor contábil é comparado com os fluxos de caixa descontados orçados até 2047. O valor contábil é determinado a partir do ativo imobilizado mais capital de giro na data do balanço. Para os anos de 2023 e 2024, não foram identificados necessidade de reconhecimento de perda.

11. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores nacionais - Ativo Fixo	11.503	5.285
Fornecedores nacionais - Gerais	10.436	6.655
Total	21.939	11.940

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Salários, Encargos sociais e Benefícios

	2024	2023
Salários a Pagar	888	774
Provisão de Férias	2.434	2.111
Provisões com Pessoal	3.423	3.279
Encargos Sociais a pagar	733	607
Total	7.478	6.771

13. Partes Relacionadas

Passivo Circulante	2024	2023
Contas a Pagar		
Fraport - Aeroporto Porto Alegre	839	879
	839	879

O Contas a Pagar se refere ao repasse de custos compartilhados de salários e viagens. Esta transação totalizou o valor R\$ 9.700 em 2024 (R\$ 9.748 em 2023), registrada na rubrica de despesas administrativas.

No exercício findo em 31/12/2024, o custo com remuneração da administração, em salários, remuneração variável e benefícios foi de R\$ 3.449 (R\$ 3.863 em 31/12/2023).

14. Compromissos com o poder concedente

A obrigação de compromissos com o poder concedente refere-se a uma contribuição fixa e variável.

A contribuição variável representa 5% da receita bruta total da Companhia paga anualmente no mês de maio do ano subsequente, por esta razão encontra-se registrada no passivo circulante da Companhia. O registro iniciou em 2018, quando a Companhia iniciou a operar o aeroporto.

Com início em agosto de 2023 e término no último ano do contrato de concessão, os pagamentos da contribuição fixa ocorrem anualmente. Este valor está apresentado a valor presente e é corrigido monetariamente com base no IPCA compreendido no período. A taxa de desconto aplicada é de 11,65%, estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia projeta não desembolsar valores respectivo a outorga até 2029, conforme descrito na Nota 7. O pagamento da outorga fixa e variável será compensada com o valor a receber do reequilíbrio econômico. As datas de compensação seguirão os prazos de vencimento das parcelas destes compromissos com o poder concedente.

	2024	2023
Contribuição Variável	13.503	11.753
Outorga Fixa - Valor Nominal	1.052.499	1.071.294
Outorga Fixa - Inflação IPCA	1.669.599	1.671.800
Outorga Fixa - Ajuste a valor presente	(1.897.890)	(1.977.194)
Compromissos com o poder concedente	837.711	777.653
Passivo Circulante	53.858	37.433
Passivo Não Circulante	783.853	740.220

15. Outros Passivos

	2024	2023
Circulante		
Garantias diversas (a)	2.105	1.274
Adiantamento de Clientes	828	1.747
Outros	85	180
Total	3.018	3.201
Não Circulante		
Adiantamento de Clientes (b)	1.656	1.944
Total	1.656	1.944

- a) Garantias Diversas estão relacionadas a depósito caução de clientes.
- b) O montante em adiantamento de clientes classificado como não circulante, referem-se a contrato de cessão de espaço de loja, diferido ao longo do contrato.

16. Financiamento - Banco do Nordeste do Brasil S.A

Em 12 de Novembro de 2018, a Companhia firmou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), o empréstimo é relativo à ampliação do Aeroporto Internacional de Fortaleza - Pinto Martins, conforme previsto no contrato de concessão.

As amortizações de juros ocorreram trimestralmente de julho de 2019 a abril de 2022. A partir de maio de 2022 estes pagamentos se tornaram mensais. A amortização do principal iniciou em maio de 2022, conforme especificado no contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Composição da dívida

EMPRÉSTIMO PRINCIPAL + JUROS				
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Saldo em 31.12.2023	24.540	578.661	603.201	
Saldo em 31.12.2024	24.432	555.756	580.188	

Banco	Primeira Liberação	Principal 31/12/2024	Vencimento	Encargos
BNB	12/11/2018	556.493	15/11/2038	IPCA + 1,76% (spread)

b) Composição do empréstimo de Longo Prazo por ano de vencimento em 31 de dezembro de 2024.

2026	2027	2028	2029	2030-2038	TOTAL
30.893	30.466	32.530	33.531	428.336	555.756

c) Movimento da dívida

	Principal	Juros	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2022	567.385	25.890	593.275
Captações	30.582	-	30.582
Juros incorridos	-	37.641	37.641
Principal Pago	(19.387)	-	(19.387)
Pagamento Juros	-	(38.910)	(38.910)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	578.580	24.621	603.201
Juros incorridos	-	37.253	37.253
Principal Pago	(22.087)	-	(22.087)
Pagamento Juros	-	(38.179)	(38.179)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	556.493	23.695	580.188

Passivo Circulante	22.084	2.348	24.432
Passivo Não Circulante	534.409	21.347	555.756

Originalmente, no contrato de financiamento, foram apresentados como garantias, a Cessão Fiduciária de direito dos recebíveis, Fiança bancária de 30% sob cada desembolso e a conta reserva do Fundo de Liquidez (2,46% sob cada valor desembolsado). Em 31/07/2024, através do 5º aditivo ao Contrato de Financiamento, foi extinta a garantia de Fiança Bancária mediante o aumento do Fundo de Liquidez (de 2,46% para 4,92%).

Em 2023 houve a conclusão físico-financeira da obra (Completion) junto ao BNB, e o resgate da *Equity Support Agreement (ESA)*, permanecendo a garantia de penhor das ações, onde a Fraport AG se compromete com o cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O contrato de empréstimo realizado junto ao BNB possui cláusulas de obrigações especiais (*covenants* não financeiros). Além do monitoramento periódico realizado pela instituição financeira, a Companhia acompanha periodicamente as cláusulas restritivas. Não há descumprimento relacionado a estas obrigações.

17. Patrimônio Líquido**a) Capital Social**

O capital social é representado por 715.164.188 de ações ordinárias e sem valor nominal, sendo 100% das ações detidas pela Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide.

b) Reserva Legal

Em conformidade com o art. 189 da Lei 6.404/76, ao final do exercício de 2024, foi reconhecida reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido apurado no exercício, destinado a assegurar a integridade do capital.

c) Reserva para Incentivos Fiscais

Nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76, ao término do exercício de 2024, foi constituída uma reserva para incentivos fiscais no montante de R\$1.144, vinculada ao programa de desenvolvimento regional para a região nordeste, no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

d) Dividendo Mínimo e Reserva Especial

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício. No exercício de 2024 a Companhia apurou o dividendo mínimo no valor de R\$ 10.023 e aguardará a decisão da Assembleia Geral quanto ao pagamento ou não deste valor. Em 2023 foi aprovada a não distribuição devido aos investimentos para expansão e melhorias previstos no contrato de concessão e retenção em Reserva Especial para pagamento futuro.

e) Retenção de Lucros

Conforme disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, a Companhia realizou a retenção do lucro remanescente no valor de R\$ 30.069 (R\$ 1.400 em 2023). A assembleia-geral poderá deliberar entre manter em reservas ou determinar o pagamento de dividendos parcial ou total deste montante.

18. Receita Operacional Líquida

	2024	2023
Receita bruta – Tarifária	172.282	155.867
Receita bruta – Não Tarifária	97.784	79.202
Impostos sobre receitas	(33.931)	(29.426)
Receita operacional líquida	236.135	205.643
Receita de construção	21.224	24.418
Custo de construção	(21.224)	(23.856)
Margem de construção	-	562

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Custos dos Serviços Prestados

	2024	2023
Serviços de terceiros	(30.952)	(31.151)
Pessoal	(22.932)	(21.370)
Conservação e Manutenção	(11.854)	(10.348)
Outorga variável	(13.503)	(11.753)
Amortização e depreciação	(37.133)	(41.447)
Energia Elétrica	(5.125)	(6.356)
Provisão Devedores Duvidosos	(933)	449
Provisões de Contencioso	(3.561)	(6.106)
Água	(1.398)	(1.045)
Outros	(600)	(259)
Custo dos serviços prestados	(127.991)	(129.386)
Custo de construção	(21.224)	(23.856)
Total	(149.215)	(153.242)

20. Despesas por Natureza

	2024	2023
Pessoal	(17.302)	(17.271)
Gerais e Administrativos	(3.195)	(3.658)
Seguros	(3.488)	(2.545)
Serviços de terceiros	(1.466)	(3.619)
Impostos e taxas	(1.893)	(182)
Outros	(530)	(27)
Total	(27.874)	(27.302)

21. Outras receitas e despesas operacionais

	2024	2023
Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro	51.776	57.871
Outras receitas e despesas	546	113
Total	52.322	57.984

A Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no valor de R\$ 57.054 (R\$ 63.769 em 2023) apresentado na Nota 7, está apresentado líquido de impostos no percentual de 9,25% (PIS e COFINS).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Resultado Financeiro

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	14.305	11.258
Atualização Reequilíbrio	36.011	29.715
Juros ativos e Descontos Obtidos	1.155	762
Outras receitas financeiras	2.989	10.154
Total	54.460	51.889
Despesas Financeiras		
Custos sobre empréstimos	(37.253)	(36.220)
IOF	(1)	(1)
AVP / IPCA Outorga	(85.972)	(80.008)
Despesas bancárias	(142)	(141)
Juros passivos	(8)	-
Outras Despesas Financeiras	(1.083)	(94)
Variação Cambial	(30)	10
Total	(124.489)	(116.454)
Resultado Financeiro	(70.029)	(64.565)

23. Plano de Pensão

A contribuição para Fundo de Pensão de Previdência Privada é em formato opcional para seus funcionários com base em plano contratual de contribuição definida. Uma vez que estas contribuições são pagas, a Companhia não tem outras obrigações com os participantes do plano. As contribuições constituem despesas quando os serviços que concedem direitos a estes pagamentos são prestados. Em 2024, as despesas de previdência privada equivalem à R\$ 44 (R\$ 38 em 2023) e foram registradas no resultado na rubrica “Despesas com pessoal”.

24. Provisões Tributárias, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia possui ações de naturezas cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda, classificados pela administração como possíveis e prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, conforme composição e estimativa a seguir:

	2024	2023
Prováveis		
Regulatórias	150	-
Trabalhistas	285	64
Cíveis	6.595	3.405
	7.030	3.469
Possíveis		
Cíveis	10.577	7.536
Regulatórias	503	503
Trabalhistas	450	428
Administrativas	1.229	1.229
	12.759	9.696

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Tributárias	Regulatórias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31.12.2022	9.005	1.933	9	3.568	14.515
Adições	8.146	-	53	-	8.199
Reversões	-	(1.846)	-	-	(1.846)
Pagamentos	(17.151)	(87)	-	-	(17.238)
Atualizações	-	-	2	(163)	(161)
Saldo em 31.12.2023	-	-	64	3.405	3.469
Adições	-	150	222	3.270	3.642
Reversões	-	-	(2)	(199)	(201)
Pagamentos	-	-	(17)	-	(17)
Atualizações	-	-	18	119	137
Saldo em 31.12.2024	-	150	285	6.595	7.030

25. Gestão de Risco Financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco com taxa de câmbio, risco de taxa de juros, risco de mercado e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela diretoria. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

Risco de mercado

Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

	2024	2023
Dívida (a)	580.188	603.201
Caixa, saldos de bancos e aplicações financeiras (b)	(215.817)	(128.881)
Dívida líquida	364.371	474.320
Patrimônio líquido (c)	750.512	717.128
Índice de endividamento líquido	0,49	0,66

- (a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado na Nota 16.
- (b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.
- (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Categorias de instrumentos financeiros:

Ativos Financeiros ao custo amortizado	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	184.582	109.762
Contas a Receber	31.635	26.773
Direitos com o Poder Concedente	315.855	286.093
Outros Ativos	312	275
Ativos Financeiro ao valor justo		
Aplicações Financeiras Vinculadas	31.235	19.119
Passivos Financeiros ao custo amortizado		
Fornecedores	21.939	11.940
Partes Relacionadas	839	879
Empréstimos e Financiamentos	580.188	603.201
Compromissos com o poder concedente	837.711	777.653
Outros Passivos	4.674	5.145

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e contas a receber em aberto. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento.

As perdas de contas a receber foram registradas. A provisão para riscos sobre contas a receber é constituída em montante julgado suficiente para suportar eventuais perdas na realização de créditos, líquidos de recuperações, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento.

Gestão do risco de taxa de juros

Considerando a manutenção de posições de ativos financeiros indexados ao CDI, índice que é normalmente superior à inflação medida pelo IPCA, levando em conta a estrutura de financiamento das operações, a administração entende que seus resultados possuem uma mitigação das variações nas taxas de juros.

A taxa de juros do financiamento contratado é composta por spread prefixada, portanto, não está sujeita a variações, mas existe um componente da taxa de juros efetiva que é atualizado pela inflação, medida pelo IPCA, ou seja, pós fixada.

Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui operações relevantes em moeda estrangeira, portanto não está exposta a incorrer em perdas ou ganhos por causa das flutuações nas taxas de câmbio.

Gestão do risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelo departamento de Tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também possui linhas de crédito junto ao mercado financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de dezembro de 2024, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2024
Fornecedores	21.939	-	-	-	21.939
Empréstimos e Financiamentos	66.302	142.653	137.394	583.377	929.726
Compromissos com o poder concedente	-	-	85.150	2.367.604	2.452.754
	88.241	142.653	222.544	2.950.981	3.404.419

Análise de Sensibilidade

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras que estão lastreados em CDI (CDB), direitos com o poder concedente e empréstimos com taxas de juros variáveis, atreladas ao IPCA.

Apresentamos abaixo as análises de sensibilidade quanto à variação das taxas de juros sobre os ativos e passivos financeiros. A Companhia teria o seguinte efeito no resultado do exercício:

Impacto na Demonstração do Resultado	Indexador	Variação	2024	2023
Empréstimos e Financiamentos	IPCA	50bps	3.855	4.074
Aplicações Financeiras	CDI	100bps	1.333	874
Direitos Com o Poder Concedente	IPCA	50bps	1.373	1.099

26. Lucro líquido por ação

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias. A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2024 e 2023, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

	2024	2023
Numerador		
Lucro do exercício atribuído aos acionistas	43.408	31.792
Denominador (em milhares de ações)	715.164	715.164
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação - em reais	0,06	0,04

27. Seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Cobertura	Vigência	Valor segurado
Reparação de danos materiais e corporais a terceiros	Nov/2024 - Nov/2025	4.024.995
Propriedade	Mar/2024 - Mar/2025	2.009.845
Terrorismo	Mar/2024 - Mar/2025	150.000
Garantia de Cumprimento de Contrato de Concessão com a ANAC	Jul/2023 - Jul/2025	128.922
Equipamentos	Set/2024 - Set/2025	5.000
Cobertura Frota	Ago/2024 - Ago/2025	3.448
	TOTAL	6.322.210

28. Transações que Não Afetaram o Caixa

As transações que não afetaram o caixa compreendem a compensação do valor da outorga variável com a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, ocorrida em 31 de maio de 2024, no valor de R\$ 11.753 (R\$ 10.578 em 2023). Em 31 de agosto de 2024 também ocorreu a compensação da parcela da outorga fixa anual no valor de R\$ 27.664 (R\$13.271 em 2023). As aquisições de ativo fixo e não pagos no ano de 2024 foram no valor de R\$ 11.503 (R\$ 5.285 em 2023).

* * *